



Aprovado,  
O Presidente da Câmara,

**MUNICÍPIO DE POMBAL**  
CÂMARA MUNICIPAL

---

# CADERNO DE ENCARGOS

**“PROJETO DE EXECUÇÃO DO ARRUAMENTO A SUL DA IGREJA MATRIZ  
DE VERMOIL - PROCESSO N.º 94/2024/UCP/ADRG”**

Procedimento nos termos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, retificado pela Declaração de Retificação n.º 18-A/2008 de 28 de março, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, alterado pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho), bem assim, alterado pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 2 de Outubro, e alterado e republicado pelo Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto, na sua redação atual.



## CADERNO DE ENCARGOS

---

### ÍNDICE

**CLÁUSULA 1.ª - DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

**CLÁUSULA 2.ª - OBJETO DO FORNECIMENTO OU DA PRESTAÇÃO**

**CLÁUSULA 3.ª - LOCAL DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA 4.ª - PRAZO DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA 5.ª - PREÇO BASE**

**CLÁUSULA 6.ª - DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA**

**CLÁUSULA 7.ª - CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**

**CLÁUSULA 8.ª - PRAZO DE PAGAMENTOS**

**CLÁUSULA 9.ª - RETENÇÕES SOBRE PAGAMENTOS**

**CLÁUSULA 10.ª - CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL**

**CLÁUSULA 11.ª - CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR**

**CLÁUSULA 6.ª - PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS**

**CLÁUSULA 13.ª - GARANTIA**

**CLÁUSULA 14.ª - SANÇÕES CONTRATUAIS**

**CLÁUSULA 15.ª - ELEMENTOS A CONSIDERAR E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS  
DO BEM OU SERVIÇO A FORNECER**



### **Cláusula 1.ª**

#### **Designação do procedimento**

O presente procedimento tem a designação de “Projeto de Execução do Arruamento a Sul da Igreja Matriz de Vermoil” - Processo n.º 94/2024/UCP/ADRG.

### **Cláusula 2.ª**

#### **Objeto do fornecimento ou da prestação**

O objeto da presente prestação de serviço consiste na elaboração do “Projeto de Execução para o Arruamento a Sul da Igreja Matriz de Vermoil, e todos os estudos/elementos complementares

### **Cláusula 3.ª**

#### **Local de execução**

Os serviços objeto do contrato abrangem uma área de intervenção com aproximadamente 1,760 m2, localizada a sul da Igreja Matriz, e a qual inclui todo o espaço público e referentes arruamentos, áreas de estacionamento e áreas de passeios pedonais, espaços verdes coletivos e redes de infraestruturas, conforme definido no Programa Base em anexo.

### **Cláusula 4.ª**

#### **Prazo de execução**

1. O prazo máximo de execução da prestação dos serviços é de 120 dias, após a assinatura do contrato.
2. Após a assinatura do contrato, a 1ª fase do processo de execução, correspondente ao anteprojeto, deverá ser apresentada no máximo após 30 dias.

### **Cláusula 5.ª**

1. Para o presente procedimento é fixado o preço base de 19.900,00€ (dezanove mil e novecentos euros) acrescido do IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações do presente contrato.
3. O preço base foi determinado e fixado após a fase de consulta preliminar de mercado, nos termos e para os efeitos do Artigo 35.- Aº, do CCP, aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2018, de 29 de janeiro, na sua redação atual.



### **Cláusula 6.ª**

#### **Documentos que constituem a proposta**

1. A proposta a apresentar pelo concorrente deverá integrar os seguintes documentos:
  - (i) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO I do Convite à Apresentação de Proposta;
  - (ii) Proposta de preço, nos termos do ANEXO II do Convite à Apresentação de Proposta;
  - (iii) Memória descritiva da prestação, conforme especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
  - (iv) Prazo de execução das fases da prestação, conforme especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.
2. Os documentos requeridos no ponto anterior devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para obrigar, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do Artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Critérios de adjudicação**

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de preço mais baixo.
2. Em caso de empate na pontuação final das propostas, o desempate far-se-á tendo em consideração a proposta que apresentar o menor prazo de execução.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Prazo de pagamentos**

Os pagamentos serão efetuados até 60 dias, contados a partir da data de apresentação das faturas e da seguinte forma:



Fases de execução do contrato	% do preço contratual
Anteprojeto	30%
Projeto de Execução	55%
Assistência Técnica	15%

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Retenções sobre pagamentos**

Não serão efetuadas retenções sobre os pagamentos, sem prejuízo do integral cumprimento do contrato.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Cessão da posição contratual**

O cocontratante não poderá ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato sem autorização do Município de Pombal.

#### **Cláusula 11.ª**

##### **Casos fortuitos ou de força maior**

3. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se por caso fortuito ou de força maior, designadamente, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
4. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como, informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Patentes, licenças e marcas registadas**

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da autorização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso o Município de Pombal venha a ser demandado por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.



### **Cláusula 13.ª**

#### **Garantia**

1. O cocontratante garantirá, sem qualquer encargo adicional para o Município de Pombal, os serviços fornecidos, nos prazos de execução indicados no presente Caderno de Encargos.
2. O prazo de execução referido no número anterior conta-se a partir da data da assinatura do contrato.
3. São excluídos da garantia todos os defeitos que notoriamente resultarem de mau serviço prestado, de uma utilização abusiva ou de negligência do contraente público, ação de terceiros, de caso fortuito ou de força maior.
4. Em caso de anomalia / falha detetada na prestação do serviço, o cocontratante compromete-se a intervir, sem prejuízo do direito ao pagamento dos honorários devidos, se a anomalia resultar de facto que não lhe seja imputável.

### **Cláusula 14.ª**

#### **Sanções contratuais**

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Pombal pode exigir do cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 0,5 % do preço contratual, até ao limite máximo de 20% do mesmo.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, o Município de Pombal pode exigir-lhe uma sanção pecuniária até 10 % do preço contratual.
3. Ao valor da sanção pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Pombal exija indemnização por danos, eventualmente, causados, nos termos gerais de direito.

### **Cláusula 15.ª**

#### **Proteção e tratamento de dados pessoais**

5. O Adjudicatário compromete-se a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do Regulamento Geral de Proteção de Dados (doravante designado



RGPD) - Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, transposto para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, e demais legislações que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a vigência do contrato e após a sua cessação, designadamente:

6. O adjudicatário assegura utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante, única e exclusivamente, para as finalidades previstas no contrato.

7. A recolha e o tratamento dos dados pessoais serão apenas os estritamente necessários no âmbito do contrato.

8. Os dados pessoais são objeto de tratamento adequado, pertinente e estritamente necessário para a prossecução da finalidade indicada, garantindo que os dados inexatos serão apagados ou retificados sem demora.

9. O adjudicatário não pode contratar outro subcontratante sem que a entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica.

10. O tratamento de dados pessoais a realizar pelo adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções da entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento de dados, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse requisito jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

11. O adjudicatário não pode copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela entidade adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por esta ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;

12. O adjudicatário assegura que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade.



13. O adjudicatário adota as medidas de segurança exigidas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos dados pessoais e implementa um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas.

14. O adjudicatário adota as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da entidade adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, accidental ou ilícita, a perda accidental, a alteração, a difusão ou os acessos não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.

15. O adjudicatário toma em conta a natureza do tratamento, e na medida do possível, presta assistência à entidade adjudicante através de medidas técnicas e organizativas adequadas, para permitir que este cumpra a sua obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos seus direitos previstos no capítulo III, do RGPD, nomeadamente os direitos de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação, portabilidade dos seus dados pessoais, oposição e decisões individuais automatizadas.

16. O adjudicatário presta assistência ao responsável pelo tratamento no sentido de assegurar o cumprimento das obrigações previstas nos artigos 32.º a 36.º, do RGPD, tendo em conta a natureza do tratamento e a informação ao seu dispor.

17. O adjudicatário garante a eficácia de um mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no art.º 33, do RGPD;

18. O adjudicatário deve apagar todos os dados pessoais depois de concluída a prestação de serviços relacionada com o tratamento, apagando as cópias existentes, salvo se a conservação dos dados for exigida ao abrigo do direito da União Europeia ou da lei nacional.

19. O adjudicatário disponibiliza à entidade adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações previstas no presente contrato e facilita e contribui para as auditorias, inclusive as inspeções, conduzidas pela entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, ou por outro auditor por esta mandatado.





20. O adjudicatário informa imediatamente a entidade adjudicante se, no seu entender, alguma instrução violar o presente regulamento ou outras disposições do direito da União ou dos Estados-Membros em matéria de proteção de dados.

21. Se o adjudicatário, como subcontratante, contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da entidade adjudicante, como responsável pelo tratamento, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no contrato ou outro ato normativo entre o responsável pelo tratamento e o subcontratante, em particular a obrigação de apresentar garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento seja conforme com os requisitos do RGPD. Se esse outro subcontratante não cumprir as suas obrigações em matéria de proteção de dados, o subcontratante inicial continua a ser plenamente responsável, perante o responsável pelo tratamento, pelo cumprimento das obrigações desse outro subcontratante.

22. Se o adjudicatário, em violação do RGPD, determinar as finalidades e os meios de tratamento, é considerado responsável pelo tratamento no que respeita ao tratamento em questão.

23. O adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a entidade adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis.

24. O adjudicatário declara, sob compromisso de honra, que possui as condições necessárias e suficientes à execução das medidas técnicas e organizativas previstas no RGPD.

25. Para os devidos efeitos, divulga-se o nome e contacto do Encarregado de Proteção de Dados do Município de Pombal: Bruno Miguel Abrantes de Campos e Castro, da empresa VisionWare (cf. Despacho n.º 182/2019, de 18/11/2019, do Presidente desta Câmara Municipal).



### **Cláusula 16.ª**

#### **Elementos a considerar e especificações técnicas do bem ou serviço a fornecer**

1. Com a presente aquisição pretende-se a elaboração das várias fases que constituem o projeto de execução no âmbito do Projeto de Execução do Arruamento a Sul da Igreja Matriz de Vermoil, cuja prestação de serviços deverá contemplar os elementos definidos na Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, para as fases de anteprojeto, de projeto de execução e de assistência técnica.

2. Sem prejuízo dos elementos constantes da regulamentação aplicável definida no número anterior, a proposta deverá conter os seguintes elementos:

- (v) Memória descritiva e justificativa, incluindo capítulos respeitantes a cada um dos objetivos relevantes do projeto;
- (vi) Elementos gráficos elucidativos sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas de princípio e outros elementos, seja em suporte físico ou digital, e em escalas apropriadas ao estudo das propostas e à apresentação pública das mesmas;
- (vii) Dimensionamento aproximado e características principais dos elementos fundamentais da obra;
- (viii) Definição geral dos processos de construção e da natureza dos materiais e equipamentos mais significativos;
- (ix) Estimativa do custo da obra, calendarização e prazo de execução.

3. A proposta deverá respeitar toda a legislação aplicável em vigor, bem como, solicitar e apresentar pareceres de entidades externas que eventualmente haja necessidade de consultar.

4. Para efeitos de elaboração dos trabalhos visados neste Caderno de Encargos, serão fornecidos ou ficarão a cargo:

**A. Município de Pombal:**

- (i) Ortofotomapas de 2018;
- (ii) Cartografia 10K;
- (iii) Levantamentos topográficos e cadastro de infraestruturas da área de intervenção, eventualmente existentes nos serviços.

**B. Cocontratante:**



- (i) O conjunto de elementos/documentos previstos no ponto 1, da presente cláusula;
- (ii) Levantamentos topográficos de base ao desenvolvimento do projeto;
- (iii) Cadastro de infraestruturas e ou outros complementares aos eventualmente existentes nos serviços do Município, de suporte para o desenvolvimento e elaboração das várias fases que constituem a execução do contrato;
- (iv) Todos os trabalhos complementares, outros estudos ou informação adicional, considerados necessários e fundamentais para a justificação e elaboração dos estudos/elementos ou elucidação das propostas/soluções.

5. A elaboração dos elementos referentes ao projeto de execução no âmbito do Projeto de Execução do Arruamento a Sul da Igreja Matriz de Vermoil, deverá operar-se, em linha com o previsto na cláusula 4.ª deste Caderno de Encargos.

6. A entrega da totalidade dos elementos que compõem o objeto de presente procedimento deverá ser entregue nos seguintes moldes:

- (i) Para apreciação e aceitação do projeto de execução a realizar, entrega de 1 (um) exemplar em suporte de papel e 1 (um) exemplar em suporte digital;
- (ii) Após a aprovação por parte da Câmara Municipal dos estudos/elementos produzidos, entrega de: 3 (três) cópias em suporte de papel das peças escritas e desenhadas, 1 (um) exemplar do estudo ou projeto constituído por todas as peças escritas e desenhadas em formato digital editável, 1 (um) exemplar do estudo ou projeto constituído por todas as peças escritas e desenhadas em formato digital não editável (todas as peças em formato “.pdf” e peças desenhadas também em “.dwg”);
- (iii) Todos os elementos deverão ser entregues em suporte informático, em formato «.doc», «.xls» e «.pdf» para as peças escritas, em «.jpeg» ou «.tiff» para as imagens e em «.dwg» e/ou «.shp» para as peças desenhadas, que deverão ser apresentadas,



devidamente, georreferenciadas no sistema de coordenadas PT-TM06/ETRS89.

7. O objeto do procedimento deverá respeitar todos os requisitos técnicos, bem como a legislação aplicável vigente, expressa e ou que lhe esteja subjacente.

#### 8. Faseamento do projeto

A prestação de serviços será elaborada por fases, com a apresentação dos seguintes elementos:

##### 8.1. Anteprojeto

De acordo com a definição do n.º 1 do artigo 6.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, o anteprojeto, ou projeto base, desenvolve a solução do estudo prévio aprovado, sendo constituído por peças escritas e desenhadas e outros elementos de natureza informativa que permitam a conveniente definição e dimensionamento da obra, bem como o esclarecimento do modo da sua execução.

Se outras condições não forem fixadas no contrato, e sem prejuízo dos elementos constantes da regulamentação aplicável, o anteprojeto deve conter os elementos seguintes:

8.1.1. Memórias descritivas e justificativas da solução adotada, incluindo capítulos especialmente destinados a cada um dos objetivos especificados para o anteprojeto, onde figuram designadamente descrições da solução orgânica, funcional e estética da obra, dos sistemas e dos processos de construção previstos para a sua execução e das características técnicas e funcionais dos materiais, elementos de construção, sistemas e equipamentos;

8.1.2. Avaliação das quantidades de trabalho a realizar por grandes itens e respetivos mapas;

8.1.3. Estimativas atualizadas do custo da obra e do seu prazo de execução;

8.1.4. Peças desenhadas a escalas convenientes e outros elementos gráficos que explicitem a localização da obra, a planimetria e a altimetria das suas diferentes partes componentes e o seu dimensionamento bem como os esquemas de princípio detalhados para cada uma das instalações técnicas, garantindo a sua compatibilidade;

8.1.5. As especialidades complementares à boa execução da obra;



8.1.6. Identificação dos locais técnicos, centrais interiores e exteriores, bem como mapa de espaços técnicos verticais e horizontais para instalação de equipamentos terminais e redes;

8.1.7. Os elementos de estudo que serviram de base às opções tomadas, de preferência constituindo anexos ou volumes individualizados identificados nas memórias;

8.1.8. Programa geral dos trabalhos.

## 8.2. Projeto de execução

De acordo com a definição do n.º 1 do artigo 7.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, o projeto de execução desenvolve o projeto base aprovado pelo município e pelas entidades licenciadoras, quando aplicável, sendo constituído por um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável.

Se outras condições não forem fixadas no contrato, e sem prejuízo dos elementos constantes da regulamentação aplicável, o projeto de execução deve conter os elementos seguintes:

8.2.1. Memória descritiva e justificativa, incluindo a disposição e descrição geral da obra, evidenciando, quando aplicável a justificação da implantação da obra e da sua integração nos condicionamentos locais existentes ou planeados;

8.2.2. Descrição genérica da solução adotada com vista à satisfação das disposições legais e regulamentares em vigor;

8.2.3. Indicação das características dos materiais, dos elementos da construção, dos sistemas, equipamentos e redes associadas às instalações técnicas;

8.2.4. Cálculos relativos às diferentes partes da obra apresentados de modo a definirem, pelo menos, os elementos referidos na regulamentação aplicável a cada tipo de obra e a justificarem as soluções adotadas;

8.2.5. Medições e mapas de quantidade de trabalhos, dando a indicação da natureza e da quantidade dos trabalhos necessários para a execução da obra;

8.2.6. Estimativa orçamental baseada nas quantidades e qualidades de trabalho constantes das medições;

8.2.7. Peças desenhadas, de acordo com o estabelecido para cada tipo de obra na regulamentação aplicável, devendo conter as indicações numéricas e



descritivas indispensáveis e a representação de todos os pormenores necessários à rigorosa e inequívoca compreensão, implantação e execução da obra;

8.2.8. As especialidades complementares à boa execução da obra;

8.2.9. Condições técnicas, gerais e especiais, do caderno de encargos;

8.2.10. Compete ao projetista em face da natureza da obra, por sua iniciativa ou por solicitação do dono da obra, elaborar um plano de observação, que assegure as condições de segurança da obra.

### 8.3. Assistência Técnica

De acordo com a definição do n.º 1 do artigo 9.º da Portaria n.º 255/2023 de 7 de agosto, o projetista tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a assistência técnica necessária.

Na fase do procedimento de formação do contrato, e até à adjudicação da obra, a assistência técnica do projetista ao dono da obra compreende as atividades seguintes:

8.3.1. Esclarecimento de dúvidas relativas ao projeto durante a preparação do processo do concurso para adjudicação da empreitada ou fornecimento de bens móveis;

8.3.2. Prestação de informações e esclarecimentos solicitados por candidatos a concorrentes, sob a forma escrita e exclusivamente por intermédio do dono da obra, sobre problemas relativos à interpretação das peças escritas e desenhadas do projeto ou eventuais erros e omissões do mesmo;

8.3.3. Prestação de apoio ao dono da obra na apreciação e comparação das condições da qualidade das soluções técnicas das propostas, de molde a permitir a sua correta ponderação por aquele, incluindo a apreciação de compatibilidade com o projeto de execução, constante do caderno de encargos, de variantes ou alterações que sejam apresentadas.

Durante a execução da obra, a assistência técnica compreende:

8.3.4. Esclarecimento de dúvidas de interpretação de informações complementares relativas a ambiguidades, erros ou omissões do projeto, bem como elaboração das peças de alteração do projeto necessárias à respetiva correção e à integral e correta caracterização dos trabalhos a executar no âmbito da referida correção;



8.3.5. Apreciação de documentos de ordem técnica apresentados pelo empreiteiro ou pelo dono da obra, incluindo, quando apropriado, a sua compatibilidade com o projeto;

8.3.6. Proceder, concluída a execução da obra, à elaboração das telas finais a ela respeitantes, verificando a conformidade das mesmas com o projeto de execução e das eventuais alterações nele introduzidas no decurso da obra, de acordo com as informações fornecidas pelo dono da obra.

9. A prestação de serviços deverá reservar reuniões para a discussão do projeto, em todas as fases de elaboração, com o Município de Pombal e/ou a Junta de Freguesia de Vermoil.

10. A prestação de serviços deverá ainda assegurar a concretização de, pelo menos uma, sessão de discussão pública que compreenderá a apresentação da proposta e a recolha de contributos, competindo ao projetista a elaboração de todos os elementos considerados fundamentais ou elucidativos da proposta, como os seguintes:

10.1. Elementos gráficos sob a forma de plantas, alçados, cortes, perfis, esquemas, em escala apropriada, seja em suporte físico ou digital;

10.2. Imagens tridimensionais e ou fotomontagens da proposta.